

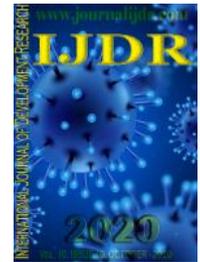


ISSN:2230-9926

Available on line at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research
Vol. 10, Issue, 10, pp. 41697-41700, October, 2020
<https://doi.org/10.37118/ijdr.20232.10.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPENACCESS

INCENTIVO A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – (LIBRAS) ENTRE OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE

Marcos Antonio Silva Batista*¹, Roberta Meneses Sousa²
Rosane Cristina Mendes Gonçalves³ and Aline de Sousa Rocha⁴

¹Enfermeiro; Especialista em Enfermagem do Trabalho; ²Enfermeira; Especialista em Saúde do Idoso; ³Enfermeira; Especialista em Saúde Pública; ⁴Enfermeira; Especialista em UTI adulto;

ARTICLE INFO

Article History:

Received 20th July, 2020
Received in revised form
19th August, 2020
Accepted 16th September, 2020
Published online 30th October, 2020

Key Words:

Deaf, Hearing impaired;
Health professionals; Special needs.

*Corresponding author: *Elias J. R. Freitas,*

ABSTRACT

The present study focuses on the use of the Brazilian Sign Language (BSL) by health professionals, seeking to understand the processes that permeate this audience and therefore presenting the great historical points experienced by the deaf population in Brazil in the face of their struggle for rights and equality. The objective of the study is to present how the incentive and acquisition of BSL occurs, in order to better target the assistance to the deaf population. It is a bibliographic survey, which has the electronic platforms as guides: Scielo, LILACS, CAPES portal, Medline, Fiocruz, Paho, Wholis, BDEF and BVS and BVS-Psi, in the months of February and March 2020, publications containing relevant information on the topic in question. The results show the great struggle for the recognition of the rights of the deaf vis-à-vis civil society, brushing facts about the first movements in favor of the deaf, later entering the need for health teams, without referring to specific categories, emphasizing whenever knowledge about the use of BSL can and should improve the reception of health services users. It is concluded, therefore, that there is a need for knowledge in BSL, to improve the diagnosis, monitoring and management of deaf cases in health, so that the individual is treated holistically and contemplating the principles of SUS. always emphasizing that knowledge about the use of BSL can and should improve the reception of health services users. It is concluded, therefore, that there is a need for knowledge in BSL, to improve the diagnosis, monitoring and management of deaf cases in health, so that the individual is treated holistically and contemplating the principles of SUS. always emphasizing that the knowledge about the use of BSL can and should improve the reception to the user of health services. It is concluded, therefore, that there is a need for knowledge in BSL, to improve the diagnosis, monitoring and management of deaf cases in health, so that the individual is treated holistically and contemplating the principles of SUS.

Copyright © 2020, Marcos Antonio Silva Batista et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Marcos Antonio Silva Batista, Roberta Meneses Sousa Rosane Cristina Mendes Gonçalves et al., 2020. "Incentivo a aquisição da língua brasileira de sinais – (libras) entre os profissionais da área da saúde". *International Journal of Development Research*, 10, (10), 41697-41700.

INTRODUCTION

Ao final do século passado, notou-se um olhar diferencial aos grupos classificados como especiais e vulnerabilizados. Particularmente esses tais grupos são aqueles indivíduos portadores de necessidade especiais, ou bom aquele que possuem algum tipo de deficiência que os impossibilitam parcial ou totalmente de colaborar totalmente das atividades sociais contínuas.

No mínimo dez por cento entre os 151 milhões e meio de brasileiros existentes possui alguma deficiência (SOUZA E PORROZZI, 2009). O desenvolvimento de comunicação foi assimilado como uma das bases estruturadoras para a sociedade, essa esfera inicia-se desde das redes privadas até as públicas, entre o convívio social, político, econômico e cultural. Contesta-se que a comunicação é um apetrecho indispensável em todo ou qualquer tipo de conformidades. A linguagem verbal torna-se satisfatória quando a mesma é transferida com o mesmo sentido, sendo através de uma

linguagem verbalizada ou não verbalizada, desde que se obtenha um processo completo de coesão (OLIVEIRA, CELINO E COSTA, 2015). Obter uma assistência centrada requer uma comunicação eficaz entre os profissionais da área saúde e as pessoas surdas ou com deficiência auditiva, pois os mesmos enfrentam barreiras consideráveis com a comunicação com os mesmos (IEZZONI et al, 2004). A dificuldade decorrente que o surdo por conta de sua perda auditiva, detecta obstáculos por não partilhar a mesma língua de um interlocutor. O estorvo de diálogo entre os profissionais da área da saúde e os surdos pode ser encarado um estorvo para a comunidade surda ao buscar os serviços de saúde junto a esses profissionais (MAGRINI, DOS SANTOS, 2014). Devido a inépcia entre os profissionais de saúde por meio da linguagem brasileira de sinais (Libras), equivale em solicitar que o paciente com surdez seja acompanhado por algum familiar para intermediar uma interlocução durante o atendimento. Constatou-se que a convivência parental adere ao acompanhante deliberar maneiras de comunicação, assiduamente informais, todavia hábeis quanto à conversação entre o surdo e seu familiar, além de tudo sobre o entendimento das necessidades de saúde do surdo e ao seu estilo de vida (DE FRANÇA, et al). Perante o exposto, observa-se como os surdos depreendem a comunicação com os profissionais da área da saúde, afim de entender o significado da presença de um acompanhante como colocutor, durante o seu atendimento nas redes pública e privadas de serviços de saúde. O artigo está disposto em sessões, que contemplam o referencial teórico onde é tratada a literatura de determinação sobre incentivo e aquisição a linguagem brasileira de sinais (libras), em seu contexto geral e já as sessões seguintes tratarão o método utilizado para a elaboração do artigo e os resultados e discussões como produto de todo o texto escrito, por fim as considerações finais, encerrando a ideia central e reafirmando os pontos de maior relevância encontrados ao longo desta produção.

REFERENCIAL TEÓRICO

Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): Em meados do século XIX, possuindo o Imperador Dom Pedro II como chefe de Estado, o Brasil recebia o professor surdo e francês Hernet Huet, o professor que já possuía diversos cursos realizados na sua terra, veio ao Brasil com a proposta de criar a primeira escola de surdos do país, atendendo a convite de Dom Pedro. O professor apresentou seu projeto de escola ao Imperador que gostou da proposta e prontamente acolheu a iniciativa de Hernet, o grande motivo porém do interesse de Dom Pedro com a construção e o custeio da escola, era a educação e condução do seu neto que assim como Huet também era surdo (ARAÚJO E BRAGA, 2019). Araújo e Braga (2019), apresentam ainda como justificativa para a criação da escola de surdos no Brasil a ideia de capacitá-los para exercer uma profissão, de modo que pudessem possuir uma função financeira na sociedade. A proposta nunca foi de inclusão do surdo e sim de torna-lo produtivo, os relatos históricos expunham que os surdos eram direcionados às suas atividades de acordo com a sua aptidão sendo as mais variadas, como por exemplo; sapataria, gráfica, artes plásticas, alfaiataria dentre outras. O instituto foi então aberto e inaugurado em janeiro do ano de 1856, no mesmo período fora publicada a proposta do professor, possuindo em sua grade curricular, disciplinas tais como História do Brasil, Leitura sobre os lábios, Linguagem articulada dentre outras. Até a data referida, a comunicação com os surdos era limitada às relações e comunicações

familiares, onde cada família possuía sua particularidade, impossibilitando a comunicação com pessoas externas aos seus grupos e até mesmo a comunicação com outros surdos (GOES E CAMPOS, 2011). Começava então no Brasil o uso da Língua de sinais, muito marcada pela Língua de sinais francesa, por muitos anos a instituição recebeu surdos de todos os lugares do Brasil e de países vizinhos. Vale ressaltar que em muitos países, a surdez era vista como uma condição clínica em que o surdo era considerado como deficiente e, portanto, precisava ser curado, para então se enquadrar no padrão de normalidade, esse fator ganhou força e potencial no ano de 1880 (GOES E CAMPOS, 2011). Por muito tempo as deficiências eram compreendidas como sendo frutos de um único processo patológico, porém se expressando em diferentes graus de desenvolvimento. As pesquisas mais recentes conduzem a compreensão das diferenças e no surgimento de leis, determinando as formas que a sociedade deve observar no convívio com as pessoas portadoras de necessidades especiais (PEREIRA, 2015). Se apresentando como um sistema legítimo e natural, a Língua Brasileira de Sinais é utilizada pela população surda brasileira, sendo uma modalidade visual e gestual independente da língua portuguesa falada, facilita a interação social do indivíduo que dela faz uso como instrumento comunicativo, bem como o seu desenvolvimento intelectual e científico, favorecendo a sua relação com o meio que o rodeia (BRASIL, 2006). Durante muitos anos os surdos foram terminantemente proibidos de fazer uso da língua de sinais, pois objetivava-se que eles fossem ensinados com a língua do seu país, principalmente por questões políticas e para proferir a fé por meio de uma língua falada, uma vez que a língua de sinais não possuía *status* de língua. Sob efeitos políticos e religiosos, a língua de sinais foi então retirada das salas de aula brasileiras, fazendo com que os surdos a utilizassem escondidos, resistindo ao massacre que a língua viveu durante décadas e ressurgindo mais tarde, por volta do ano de 1980, quando voltou a adentrar as salas de aula (DE QUADROS, 2017).

No início dos anos de 1990 foi observado um crescimento acentuado dos movimentos promovidos pelos surdos brasileiros, eles possuíam um grau elevado de capacidade de mobilização de pessoas e recursos, com a realização de passeatas e abaixo-assinados, para as autoridades políticas. A principal organização dos movimentos se chamava Feneis, havia sido criada por ativistas surdos em 1987, representando 16 entidades em 7 estados brasileiros, dez anos mais tarde as instituições de e para surdos associados totalizavam 88 e si situavam em 19 estados do Brasil (BRITO, 2013). No Brasil a política da educação inclusiva possui seu marco na Lei nº 9.394/ de dezembro de 1996 LDB, estabelecendo o atendimento regular as pessoas com necessidades educacionais especiais, o que posteriormente assegurou os direitos das pessoas surdas aos recursos educativos e educação curricular específica para atender as suas necessidades (PEREIRA, 2015). A Língua brasileira de sinais, permite ao surdo acessar os significados de comunidade, formando uma maneira de compreender o mundo, não sendo desconsiderada, portanto, a importância da Língua Portuguesa, sendo essa a língua oficial da população brasileira. Essa condição bilíngue das pessoas surdas, está assegurada na Lei nº 10.436/2002, sendo as propostas voltadas a esse público, iniciadas no decreto 5.626/05 que delinea a educação bilíngue desde a educação infantil até o ensino superior (PEREIRA, 2015).

Importância da LIBRAS aos Profissionais da área da saúde:

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) está incluída na Lei Federal nº 10.436/2002, regulamentada pelo o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Por abarcar a população brasileira completamente, o Sistema Único de Saúde (SUS), deve estar capacitado a atender ao deficiente auditivo com a mesma qualidade do serviço ofertado a um cidadão que não precisa de atenção diversificada. Compreende-se que o deficiente auditivo sofre um impasse durante um atendimento hospitalar, que vai desde ao acolhimento até a consulta e o tratamento (GOMES et al, 2017). Nesse seguimento, o obstáculo comunicacional, que impede ou obstaculiza o diálogo entre profissionais da saúde e os surdos precisa ser galgada por intermédio de agregação e interação (ALVES, DE SOUSA LEITE E FREITAS, 2018). Existe uma total relevância mediante a capacitação em Libras para os profissionais que atuam na área da Saúde, face as necessidades da comunicabilidade entre os surdos e os profissionais da saúde, intensificando a relação e a permuta de informações, o que vem propiciar uma assistência mais humanizada, mais decisória. Empenhando assim, com eminência, o princípio do SUS, que é o atender a todos de acordo com suas especificidades, singularidades, necessidades e expectativas (DE SOUZA E PORROZZI, 2017).

Conquanto seja um direito do deficiente auditivo ter acesso ao serviço de saúde de excelência, estes são por várias vezes, atendidos de modo equivocado e até mesmo, por acaso, desrespeitados em sua conjuntura, por haver uma situação desfavorável durante a comunicação, uma vez que os serviços de saúde não possuem profissionais habilitados para um atendimento de qualidade (RAMOS E ALMEIDA, 2017). Portanto, acatar algumas estratégias de comunicação em uma situação onde requer uma conversação é de grande relevância ao deficiente auditivo. Pois durante a realização de uma consulta, os profissionais da área da saúde necessitam direcioná-los mediante ao resultado do diagnóstico e tratamento, do qual os resultados podem ser implicados pelo não entendimento das partes vinculadas (NASCIMENTO, DE OLIVEIRA & KESSLER, 2015). Os profissionais da área da saúde careceriam de entender as necessidades dos deficientes auditivos, esquivando uma má compreensão por parte dos usuários como cuidar deles mesmos, como utilizar a medicação, o que coloca em risco a segurança deles. Os serviços de saúde devem obter um planejamento, para que possam considerar todos os possíveis usuários que farão a utilização do serviço prestado, isso inclui os deficientes auditivos. Aprimorar a comunicação para poder lidar com pacientes portadores de deficiência auditiva será capaz de obter um melhor resultado na comunicação com todos os pacientes (NEVES, FELIPE E HERMANO, 2016).

MÉTODO

Para alcançar os objetivos da pesquisa efetuou-se o levantamento bibliográfico nos seguintes meios eletrônicos: Scielo, LILACS, portal da CAPES, Medline, Fiocruz, Paho, Wholis, BDNF e BVS e BVS-Psi, nos meses de fevereiro e abril de 2020, publicações contendo informações relevantes quanto ao tema em questão. Foram utilizados como descritores para as bases de dados internacionais as palavras: deaf, special needs, hearing impaired, deafness, hearing loss. Para a base de dados nacional foram utilizados os termos: surdo, necessidades especiais, perda auditiva, surdez, deficiente auditivo. O critério de inclusão acerca de materiais de uso foi artigos,

livros, revistas e sites que abordavam a temática. Foram analisados 50 artigos referente ao tema e selecionado 19 artigos para o desenvolvimento da pesquisa. O critério de seleção se deveu ao fato de publicações atuais e relevantes sobre o assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como apresentado ao longo do texto a população surda brasileira possui na sua história e desenvolvimento, marcas notadamente expressivas acerca do preconceito e da não inclusão do indivíduo surdo como cidadão de bem e de direito, de modo que para alcançar a sua cidadania ele enfrentou e enfrenta diversas situações conflituosas, fazendo-se necessária a adoção de legislações para o seu real reconhecimento. Os primeiros passos que rumavam ao acolhimento do surdo no Brasil, datam ainda do período do Império, quando Dom Pedro II, incentivou e custeou o primeiro instituto voltado a surdos do país, alicerçando seu interesse segundo o que apresenta Araújo e Braga (2019), no motivo da existência do neto que era surdo. O instituto teve como capital intelectual para sua elaboração o também surdo, professor Ernest Huet, que apresentou as suas propostas a Dom Pedro II, logo que chegou ao Brasil, e a posteriori trabalhou para a inauguração do instituto de surdos. Araújo e Braga (2019), apresentam ainda o fato de que o Instituto tinha como proposta, a capacitação do surdo para o trabalho e a promoção da economia do país, de modo que esses eram direcionados às atividades de acordo com a sua afinidade, deixando noutra margem, o trabalho e capacitação para a inclusão social do mesmo.

Goes e Campos (2011) apontam que existia uma dificuldade expressiva na comunicação com os surdos, devido à ausência de atividades e escolas direcionadas às esses, e que a criação da comunicação e simbologia se dava de forma singular dentro da família, de modo que pessoas externas ao grupo família não saberia ou não poderia compreender os significados por eles criados. Os autores enfatizam ainda que o Instituto acolheu dezenas de pessoas de outras nacionalidades, principalmente por ser o único existente na época. Após décadas de processos exclusivos, os surdos adentram a década de 1990 motivados e mobilizados em prol da sua aceitação e dignificação da cidadania, ganharam voz e vez, ganharam representatividade e colaboradores. Passaram a ocupar um importante papel social e com o direito ao uso da língua portuguesa como língua mãe, permitindo a introdução dos mesmos às mais diversas esferas sociais e mostrando à sociedade civil a importância da inclusão como meio de cidadania e de desenvolvimento do ser (BRITO, 2013). Quando a vertente de inclusão muda e necessita contemplar grupos sociais, adaptando-os à realidade dos surdos, passamos a permear por caminhos tortuosos, de modo que mais uma vez adentra os impasses de uma sociedade preconceituosa. Em se tratando da área da saúde a necessidade da comunicação se faz extremamente necessária, de modo que não havendo facilitação nos diálogos, retardaria ao até mesmo comprometeria o acolhimento ao usuário surdo (DE SOUZA E PORROZZI, 2017). Esse fato torna evidente a necessidade de capacitação por meio das equipes de saúde, de modo que possam melhorar o acolhimento ao surdo, podendo atendê-lo em sua totalidade e respeitando os princípios do Sistema Único de Saúde. O grande problema desse cerne da questão, reside na não capacitação profissional, de modo que este fica incapacitado de agir com total excelência (NASCIMENTO, DE OLIVEIRA & KESSLER, 2015). Os

serviços de saúde precisam planejar e trabalhar as potencialidades dos trabalhadores, considerando as mais variadas necessidades dos usuários que dele farão uso. Neves, Felipe e Hermano (2016), destacam que o aprimoramento na comunicação pode ser a chave para melhores resultados frente ao público surdo, atendido nos dispositivos de saúde, uma vez que a comunicação unifica as ideias e qualifica a condução dos casos atendidos.

Considerações finais

Ao findar a presente revisão nos foi exposto que ainda há estorvos na comunicação entre o deficiente auditivo e os profissionais da área da saúde, mesmo mediante a leis e decretos existente no Brasil. A inexistência na comunicação entre os mesmos, coloca em risco a assistência executada, sendo capaz de colocar. A revisão da literatura mostrou que ainda há barreiras na comunicação entre o deficiente auditivo e o profissional de saúde, apesar das leis e decretos existentes em nosso país. A falha na comunicação entre esses atores põe em risco a assistência prestada, podendo prejudicar o vínculo, o diagnóstico e o tratamento, além de gerar desconforto para ambas as partes. Faz-se necessário que os profissionais de saúde adquiram conhecimento em LIBRAS, por meio de disciplina específica na grade curricular da graduação e programas de educação continuada nos serviços de saúde a fim de estreitar os vínculos com deficientes auditivos e prestar uma assistência dentro dos princípios do Sistema Único de Saúde (universal, integral e equânime), holística, humanizada e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. M. N., DE SOUSA LEITE, K. B., & FREITAS, D. A. (2018). Projeto “libras em saúde”: combatendo a exclusão. *Revista Intercâmbio*, 13, 139-144. Disponível em: <<http://www.intercambio.unimontes.br/index.php/intercambio/article/view/525/419>>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; BRAGA, Aline Cristina Clemente. A HISTÓRIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS. *Revista Educação & Ensino*, v. 3, n. 2, disponível em :< 2019.<http://periodicos.uniateu.edu.br/index.php/revista-educacao-e-ensino/article/view/44/43>. Acesso em 20/04/2020
- BARBOSA, Maria Alves et al. Língua Brasileira de Sinais: um desafio para a assistência de enfermagem. 2003. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/xmlui/handle/ri/17732>>. Acesso em: 22/03/2020.
- BRITO, Fabio Bezerra de. O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em :<<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03122013-133156/en.php>>. Acesso em: 22/03/2020.
- DE QUADROS, Ronice Müller. Língua de herança: língua brasileira de sinais. Penso Editora, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=JgnDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=lingua+brasileira+de+sinais+&ots=0N-NTNmTIL&sig=h5Pxfz-xoAxHVP9sFNvirvqBnI#v=onepage&q=lingua%20brasileira%20de%20sinais&f=false>. Acesso em: 22/03/2020.
- DE FRANÇA, E. G., et al (2016). Dificuldades de profissionais na atenção à saúde da pessoa com surdez severa. *Ciencia y Enfermería*, 22(3), 107-116. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3704/370451048010.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- FEDERAL, Senado. Língua Brasileira de Sinais “uma conquista histórica”. Senado Federal Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília, OS, n. 03747, 2006. Disponível em : <https://cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/06/Reconocimiento_LIBRAS-cultura-sorda.pdf>. Acesso em: 22/03/2020.
- GOES, A. M.; CAMPOS, M. L. I. L. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Org.). *Tenho um aluno surdo, e agora?* São Carlos: UFSCar, 2011. p. 65-82.
- GOMES, L. F., et al. (2017). Conhecimento de Libras pelos médicos do Distrito Federal e atendimento ao paciente surdo. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 41(4), 551-556. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?Pid=S0100-55022017000400551&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- IEZZONI, LI.; et al. Communicating about health care: observations from persons who are deaf or hard of hearing. *Ann Inter Med*, 2004;140:356-362. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14996677>>. Acesso em: 19 mar. 2020.
- KARNOPP, L. B.; KLEIN, M. Narrativas e diferenças em língua de sinais brasileira. Em Aberto, v. 29, n. 95, 2016. Disponível em: <<file:///D:/Documentos/Downloads/2737-3247-1-PB.pdf>>. Acesso em 20/04/2020
- MAGRINI, A. M., & DOS SANTOS, T. M. M. (2014). Comunicação entre funcionários de uma unidade de saúde e pacientes surdos: um problema. *Distúrbios da Comunicação*, 26(3). Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/dic/article/view/14880>>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- NASCIMENTO, G. B., DE OLIVEIRA F., L., & KESSLER, T. M. (2015). Estratégias de comunicação como dispositivo para o atendimento humanizado em saúde da pessoa surda. *Saúde (Santa Maria)*, 41(2), 241-250. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistasaude/article/view/15121/pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- OLIVEIRA, Y. C. A. D., CELINO, S. D. D. M., & COSTA, G. M. C. (2015). Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 25, 307-320. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v25n1/0103-7331-physis-25-01-00307.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2020.
- PEREIRA, Josefa Luis et al. A constituição da proposta educativa para surdos: legislação no sistema educacional brasileiro. 2016. Disponível em :<<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/6240>>. Acesso em: 20/04/2020
- RAMOS, T. S., & ALMEIDA, M. A. P. T. (2017). A Importância do ensino de Libras: Relevância para Profissionais de Saúde. *Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, 10(33), 116-126. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/606/859>>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- RIBEIRO, Marcela Arantes; RIBEIRO, Luana Arantes. História de vida: o papel da intérprete na inclusão escolar. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 18, n. 215, p. 07-17, 2019. Disponível em : <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/46204>>. Acesso em: 22/03/2020.
- SOUZA, M. T., & PORROZZI, R. (2017). Ensino de libras para os profissionais de saúde: uma necessidade premente. *Revista Praxis*, 1(2)... Disponível em: <<http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/praxis/article/view/1119/1007>>. Acesso em: 19 mar. 2020.
- NEVES, D. B., FELIPE, I. M. A., & HERMANO N. S. P. (2016). Atendimento aos surdos nos serviços de saúde: acessibilidade e obstáculos. *Infarma-Ciências Farmacêuticas*, 28(3), 157-165. Disponível em: <<http://revistas.cff.org.br/?journal=infarma&page=article&op=view&path%5B%5D=1713&path%5B%5D=pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.